



TODOS PELA ENERGIA

## PRIVATIZAÇÃO NÃO É A SOLUÇÃO



No lançamento da Região Sul do movimento Todos pela Energia, foi lembrado que a energia elétrica é fundamental na vida de todo o cidadão, utilizada para iluminar, fazer funcionar a geladeira a televisão e o computador, indispensável no cotidiano familiar e principalmente na grande indústria. A ilha catarinense sabe muito bem o que é a falta de energia, quando do apagão no final de outubro de 2003, a capital simplesmente parou. Por ser uma energia essencial para a sociedade ela deve ser tratada como um bem público, principalmente pelo fato da fonte geradora ser de 80% hidrelétrica, a força das águas dos rios patrimônio do povo brasileiro. O preço da energia impacta diretamente no preço dos produtos e na qualidade de vida dos cidadãos. Portanto, o preço ser regulado e fiscalizado pelo governo é essencial para coibir o alto custo da tarifa. O envolvimento da sociedade, dos trabalhadores da cidade e do campo, neste tema também é fundamental para acompanhar e participar das políticas energéticas do país. Neste sentido, a importância do movimento Todos pela Energia unindo a sociedade em torno das empresas públicas do setor elétrico

### Privatização Neoliberal

A privatização dos setores estratégicos como a energia elétrica na América Latina iniciou no Chile com a ditadura de Pinochet e no Brasil, com Fernando Collor, que devido irregularidades sofreu impeachment em 1992. Seu sucessor, FHC, foi quem implantou esta política neoliberal, a serviço do capital financeiro internacional e da burguesia industrial, com o intuito de se apropriar do patrimônio destas empresas e dos lucros, que podiam ser maiores com o aumento das tarifas. Foi o que aconteceu. Mudaram as leis para favorecer a classe dominante e manter a hegemonia do capital financeiro com a compra (através de dinheiro público emprestado pelo BNDES) das empresas públicas. Num recente livro "A privatária tucana" do jornalista, Amaury Ribeiro Júnior, conta parte das falcatruas ocorridas com o processo de privatização e já está fazendo história.

As consequências da privatização para a sociedade estão sendo caóticas: o aumento das tarifas de energia elétrica e do lucro dos acionistas, aumento no número de instituições (ANEEL) e cargos nas empresas do setor (provocando maior gasto e burocracia), excesso de cobrança de produção dos trabalhadores, redução de salário, demissão e diminuição do número de trabalhadores, falta de formação profissional - para lidar com as novas tecnologias e o cumprimento da legislação, desmantelamento das escolas técnicas profissionais mantido pelas empresas estatais, precarização das condições de trabalho - principalmente com

a terceirização - aumento vertiginoso de acidentes do trabalho e com a população (pela falta de manutenção no sistema elétrico de potência), além da diminuição na qualidade da prestação de serviço de transmissão e distribuição de energia.

Todos estes fatores ocorreram devido à mudança na metodologia do valor da tarifa, que anteriormente era realizada pelo custo de produção e com a política neoliberal, mudou pelo valor de mercado (que não se regulou, mas levou o preço para os céus). Outro fator foi o aumento da burocracia ou de cargo como diretores das empresas, assessores, de instituições já existentes, aumentando os custos administrativos. O mais gritante é o aumento vertiginoso nestes anos dos lucros ganhos por capitalistas que nada acrescentam nas empresas a não ser planejar formas de obter cada vez mais lucros. Dessa forma, são diminuídos custos com materiais elétricos, salários, benefícios, corte de cursos e outras políticas que precarizam as condições de trabalho e pioram a qualidade na prestação dos serviços. Na Celesc temos denunciado o sucateamento da empresa desde os tempos do Governo de Luiz Henrique, iniciado em 2003, quando governou o estado junto com o PSDB e DEM, defensores das políticas neoliberais. Hoje a terceirização, que nada mais é do que a privatização dos serviços, é o maior problema que enfrentamos, devido ao desvio de recursos para empresas privadas e precarização das condições de trabalho.



# Plataforma Operaria e Camponesa para Energia

No segundo semestre de 2009, durante as discussões das questões energéticas no curso “Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo”, realizado em um convênio entre o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, nasceu a proposta da construção de um documento sobre energia. Fruto de debates entre organizações do campo e cidade envolvidas com a questão energética, busca impulsionar uma reflexão na sociedade e no governo. Chamado de “PLATAFORMA OPERARIA E CAM-PONESA PARA ENERGIA” esse documento traz um conjunto de propostas para que a energia esteja de fato a serviço do povo brasileiro.

Composto inicialmente por oito entidades representando os diversos setores da sociedade que defendem a energia como um bem público e estratégico à soberania nacional, elaboraram e assinaram Sinergia/Fpolis, Sindieletrô/MG, MAB, MST, MPA, Via Campesina, FUP e FNU. Com o documento pronto distribuímos em todo o Brasil para diversos candidatos a cargos eletivos a nível federal nas eleições de 2010. Em junho de 2011 fomos chamados a debater e encaminhar com o governo federal os doze pontos elencados na Plataforma Operaria e Camponesa para Energia. Na primeira reunião com o Ministro Gilberto Carvalho, no dia 03 de junho, o assunto tratado foi à renovação das concessões do setor elétrico. Vendo a necessidade de se contrapor aos empresários que estão em campanha pela privatização da geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a Plataforma Operaria e Camponesa para Energia lançou no dia 08 de dezembro, em Florianópolis, a campanha nacional “Todos pela Energia” Privatização não é a Solução. Um sindicato tem que ir além do corporativismo, e é assim que os sindicatos que compõem a Intercel e a Intersul pautam suas estratégias, numa aliança com movimentos populares como MAB e MST que tem em suas lutas mudanças no setor energético brasileiro, reivindicando que tarifas de água, energia, gás e transporte continuem públicas, com qualidade e com acesso aos trabalhadores.



## Energia a preço justo sim, mas nas mãos do povo brasileiro

Há cerca de três meses a FIESP vem divulgando a campanha “energia e preço justo” que, aparentemente, pede a redução do preço da energia elétrica. Por trás desse argumento encontra-se a verdadeira proposta: a venda do que restam das empresas estatais de energia.

O discurso utilizado na campanha é o mesmo apresentado pelo governo há 15 anos, quando se entregaram as empresas públicas à iniciativa privada por preços escandalosamente baixos. A fala é sempre a mesma, “é preciso privatizar para baratear os preços para o consumidor através da maior eficiência e da competição de mercado”.

Hoje, usa-se o exemplo da telefonia mais acessível como forma de propagandear a privatização, e a do alto custo da eletricidade para justificar a privatização. Não fique assustado, mas o governo e as empresas privadas enganaram a sociedade. A começar pelas empresas de telefonia, na qual o Estado investiu dois bilhões antes da venda. Além disso, para evitar protestos da população, o governo iniciou o aumento das tarifas antes da venda, para assim garantir imensos lucros no futuro aos “compradores”. Os reajustes chegaram a 500% a partir de novembro de 1995. Tudo isso aconteceu como preparativo para as privatizações. Assim fica fácil ampliar o setor e garantir o acesso ao telefone quando o governo já deixa todo o terreno preparado.

O resultado das privatizações está nas ruas. Basta tentar fazer uma ligação em um “orelhão”. Nove em cada dez telefones públicos não funcionam. O aparelho celular, mais “acessível” continua com o preço da ligação em alta, sem falar de possíveis cobranças abusivas.

A mídia também não se comporta diferente do que fazia. Passados mais de 15 anos os verdadeiros oligopólios continuam com uma verdadeira “lavagem cerebral” na população. Desde a época de FHC até agora, há uma intensa campanha contra as estatais nos meios de comunicação para facilitar a privatização. Entre os principais argumentos aparecem sempre a promessa de preços mais baixos para o consumidor. Ainda neste mês de dezembro a Globo News apresentou um programa sobre a campanha, o qual denominou de “debate”, mas nele só estiveram presentes representantes favoráveis à venda das empresas públicas. Em outras épocas um debate era considerado a exposição de prós e contras sobre um determinado assunto. E a população, mais uma vez, caiu de elogios com o “bom trabalho” informativo da mídia.

A briga através dos meios de comunicação não é justa e democrática com os movimentos sociais. Privilegia empresas privadas – suas grandes patrocinadoras – e raramente inclui as minorias na discussão. Um



bom exemplo aconteceu dia 8, em Florianópolis, quando vários jornais e jornalistas foram convidados para cobrir o ato nacional a favor da renovação das concessões no setor elétrico. Ninguém apareceu. As entrevistas coletivas tiveram de ser feitas pelos próprios sindicalistas e mídia alternativa como TV Floripa, Pobres & Nogentas e Brasil de Fato.

Ao contrário do que afirmava o governo e os meios de comunicação ainda em 1995, a privatização das empresas de energia não reduziu o peso no bolso do consumidor, pelo contrário. Apesar dos mega-aumentos ocorridos, essas empresas continuaram auferindo altos lucros graças aos contratos estabelecidos com o governo. Na compra das estatais do setor elétrico o contrato assinado previu e autorizou a piora dos serviços, permitindo um número maior de “apagões” e também interrupções mais prolongadas no fornecimento de energia.

A privatização também concedeu uma multa “simpática” no caso de descumprimento de obrigações contratuais. Em uma empresa com faturamento de 1,2 bilhão de reais, o não investimento de 100, 200 ou 400 milhões de reais para atender moradores a multa é 1,2 milhão de reais. Um prêmio.

Como pôde-se perceber, a privatização é fiel companheira e amiga íntima do lucro dos empresários e da precarização dos serviços.

# “A não renovação das concessões traria o caos”, diz Diretor de Transmissão da CEEE



**“As empresas terão que se engajar nesse movimento em conjunto com os movimentos sociais**

Gilberto Silva da Silveira, diretor de Transmissão da CEEE

## Resultados da Privatização

**-54%**

na receita

**-88%**

do passivo

O Sinergia entrevistou o diretor de transmissão da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Gilberto Silva da Silveira, que compareceu ao ato “Todos pela Energia”, no dia oito de dezembro, em Florianópolis. Confira abaixo:

**Sinergia:** Hoje está acontecendo a campanha “Todos pela Energia”, que defende a renovação das concessões para o setor elétrico. Pode-se dizer que essa é uma frente popular e que precisa do apoio popular. Explicando para essas pessoas, quais seriam os aspectos políticos envolvidos na questão?

**Gilberto Silveira:** Penso que precisamos recuperar alguns aspectos políticos que foram deixados de lado. Para nós [CEEE], a energia elétrica deve ser considerada um bem público, de uso coletivo, e que merece ser discutido no processo de mobilização. Essa é a ideia que temos de resgatar.

Retirar os aspectos mercantilistas que vigoram no setor e renovar as concessões é o primeiro passo para dar acesso à energia às pessoas que mais precisam dela.

**S.:** No evento de hoje alguns diretores de empresas estatais de energia estiveram presentes e defenderam a renovação das concessões que vencem em 2015. Para a CEEE, quais seriam os principais desafios nesta luta?

**G.S.:** Em primeiro lugar, as empresas terão de se engajar nesse movimento em conjunto com os movimentos sociais. Nós acreditamos que o pedido de renovação não será atendido de forma “automática”, já que nossa visão é de que estamos diante de um jogo de forças.

A CEEE tem uma posição clara sobre a renovação das concessões e, apesar de esta ser nossa primeira participação pública, a tendência é de que estejamos participando cada vez mais. Portanto, o grande desafio é defender a bandeira do serviço público.

**S:** Quais seriam as consequências da não re-

novação das concessões, ou seja, se de fato acontecesse o leilão das empresas públicas?

**G.S.:** Seria o caos. Quanto empresa, a CEEE estaria liquidada. A Companhia sofreu uma série de privatizações em que perdeu 54% da receita e 88% do passivo em 1997. Devido a isso, até hoje não conseguiu se reequilibrar economicamente. Analisando a área dos trabalhadores, essa medida causaria demissões em massa e, aos empregados que restassem, a precarização do trabalho, já que a nova empresa não teria “o mesmo nível” de qualidade. Hoje, apesar de ainda existirem problemas, há uma relação de diálogo entre trabalhadores e estatais, o que é mais difícil em empresas privadas.

A população também perderá com a medida. Se a tarifa já é alta, a tendência é de que os preços cresçam ainda mais, afinal, o objetivo do capital privado é acumular. Para os empresários interessados no leilão, essa seria a forma de voltar a ter o mesmo nível de lucro que se obtinha no período anterior a crise.

**S.:** O senhor compareceu ao evento de hoje representando também o governador do Rio Grande do Sul (RS), Tarso Genro. Qual a visão do governo gaúcho em âmbito estadual e mesmo em nível federal sobre as concessões?

**G.S.:** O RS tem se empenhado em alavancar as empresas estatais do sul, inclusive, esse era um dos planos iniciais do governo. Para que isso se torne realidade, o governador tem entrado em contato com o governo federal e com a presidenta Dilma buscando apoio na questão. Nossa avaliação é que o governo federal partilha dessa mesma ideia e, talvez, esse seja o próprio desejo da presidenta. Mas, como eu disse, não será o governo a decidir sozinho. O resultado dessa disputa irá depender do jogo de forças pelo qual estamos passando, por isso o movimento em busca da renovação das concessões é importante, porque tende a potencializar a decisão em favor da renovação.



# TRABALHADORES UNIDOS

## Envolvimento social na Renovação das Concessões

O envolvimento da sociedade no tema da renovação das concessões é fundamental. Não podemos nos deixar enganar pelas mentiras da classe dominante, as mesmas utilizadas nos anos 90, da redução das tarifas, para se apoderar, com o investimento especulativo, do pouco do patrimônio público do setor elétrico. Quando este patrimônio fica com o governo ele investe seus lucros na melhoria do sistema elétrico, na construção de usinas, em educação saúde e segurança social.

Devido a importância fundamental da energia elétrica em nosso cotidiano, o movimento Todos pela Energia torna-se imprescindível para aglutinar a sociedade na participação das políticas do setor elétrico. Vamos juntos varrer o neoliberalismo nefasto do Brasil, que está se acabando em várias partes do mundo, com os recentes movimentos contra o capital financeiro especulativo. Está persistindo no Brasil devido as oligarquias políticas e a manipulação da grande imprensa pela classe dominante que se utiliza do capital financeiro para manipular e fazer valer seus interesses individuais. Temos que estar unidos com toda a sociedade – Todos pela Energia – para defender a energia elétrica como um bem público, com tarifas baixas, dignidade para os trabalhadores e uma prestação de serviço de qualidade. Somente com o sentimento de solidariedade é que faremos uma sociedade mais justa e mais humana.



# RENOVAR JÁ, O BRASIL NÃO PODE PARAR!

